

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### A revista Veja e o governo Lula

Carla Luciana Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** A pesquisa visa analisar a relação entre a revista Veja e o governo Lula no que diz respeito ao seu programa de política econômica. Através da análise sistemática dos editoriais da revista pretendemos verificar seu posicionamento com relação às políticas neoliberais, especialmente as reformas de estado (previdência, trabalhista, fiscal), observando em que medida ela busca influenciar a posição da sociedade política brasileira, averiguando qual a noção de democracia deriva das posições verificadas nas posições da revista quanto aos poderes constituídos.

**Palavras chaves:** revista Veja, governo Lula, estado e poder

**Abstract:** The research seeks to analyze the relationship among the magazine Veja and the government Lula in what concerns his program of economical politics. Through the systematic analysis of the editorials of the magazine we intended to verify his positioning regarding the neoliberal politics, especially the state reforms (labor, fiscal), observing in that measured her search to influence the position of the Brazilian political society, discovering which the democracy notion flows of the positions verified in the positions of the magazine as for the constituted powers.

**Keywords:** Magazine Veja; State and Power; government Lula

A pesquisa visa analisar a relação entre a revista Veja e o governo Lula no que diz respeito ao seu programa de política econômica. Através da análise sistemática dos editoriais da revista pretendemos verificar seu posicionamento com relação às políticas neoliberais, especialmente as reformas de estado (previdência, trabalhista, fiscal), observando em que medida ela busca influenciar a posição da sociedade política brasileira, averiguando qual a noção de democracia deriva das posições verificadas nas posições da revista quanto aos poderes constituídos.

A história recente tem sido registrada e interpretada por aqueles profissionais que produzem para a imprensa, na maior parte das vezes jornalistas. Nossos referenciais teóricos e metodológicos não se confundem com os da comunicação, é necessário problematizarmos a

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de História e do Mestrado em História da UNIOESTE – Linha de Pesquisa Estado e Poder. carlalssilva@uol.com.br

questão, a fim de distinguir as formas e conteúdos das distintas áreas. Não podemos desconhecer o caráter intencional que está presente nos textos jornalísticos, fruto dos projetos políticos aos quais se enquadram os diferentes veículos de comunicação. Por isso o principal referencial teórico é a noção da imprensa como partido, que se vincula com a concepção de que os órgãos de imprensa são também aparelhos privados de hegemonia, portanto, atendem a interesses de classe.

As relações no âmbito da atuação da imprensa se constituem como trincheiras da luta de classes. No entanto, os detentores dos meios de comunicação possuem, nesse caso, evidentes vantagens estratégicas. Sobretudo, o poder concreto de produzir hegemonia sobre as formas ideológicas de seus programas políticos. Fazer com que o projeto dominante seja entendido como o projeto da classe trabalhadora tem sido a prática configurada na noção de “modernidade” e “globalização” ao longo das últimas duas décadas.

Existem duas teses recorrentes para tratar das relações de poder. A primeira indica que “o poder está em todo lugar”, portanto, perde-se sua especificidade, perde sua historicidade. Não se pode, a partir dessa idéia, aprofundar o alcance do poder econômico no sentido estrito, além disso, apresenta como equivalentes poderes que não o são como mostra um exemplo banal: o poder do jornalista sobre o bilheteria de um espetáculo não se equivale ao poder do proprietário do jornal sobre seus editores.

Por outro lado, o poder não é um “bem em si”: não se busca o poder pelo poder como propõe discursivamente uma dada história positivista e a história política tradicional que propõe estudar grandes homens, grandes fatos como se o motor da história fosse apenas a busca desenfreada pelo poder, centrado-se em grandes “personalidades históricas”, e não nos seus programas políticos e interesses concretos de classe.

Como decorrência, temos outra falácia, a de que chegar ao Estado significa alcançar “o poder”, como se tratasse de um bloco homogêneo e livre de contradições. O poder possível no âmbito do Estado é limitado pelo seu sentido histórico mais amplo. Por isso é necessário questionar o que é o Estado? Quem nele está representado? Sendo ele um espaço de atuação de classes sociais em luta, seu sentido é criar formas de organizar a dominação de classes. Se perderem isso de vista, as lutas sociais se perdem dentro do Estado, por diversos mecanismos que vão desde a ineficiência da burocracia, a cooptação e às conseqüências da corrupção. Chegar ao Estado pode levar à ilusão de poder “distribuir benefícios”, mas se não for para propor um governo efetivo apenas vai tornar mais eficazes as formas de organizar a classe trabalhadora para o capital. Isso traz também a necessidade de pensar sua relação com

sociedade e a noção de “ampliação do Estado” e também de sociedade como espaço da luta de classes. (ver, entre outros: FONTES, 2005).

Ao estudarmos a história do Brasil teríamos uma ruptura nos anos 1980, pós-Ditadura, a “redemocratização” em que existiria finalmente, o “*poder para a sociedade civil*”. Essa forma de colocar a questão restringe novamente o poder a apenas sua face política, ocultando que o poder político tem sido uma das formas de ocultamento do poder econômico e da própria exploração do trabalho pelo capital.

É diante desse contexto que se coloca a questão: problematizar o governo Lula implica em discutir até que ponto se trata de “poder dos trabalhadores”. E problematizar em que medida os meios de comunicação se conformam como parte da organização da sociedade e do estado brasileiro. Por isso, muito longe de apresentar a imprensa como “quarto poder”, vamos buscar as suas relações com os governos e seus programas de adaptação do Estado à fase atual do capitalismo.

Essa pesquisa, ainda em andamento em sua fase atual, visa perceber que, em que pese uma postura crítica com relação a questões pontuais relativas ao governo, a postura de *Veja* tem sido de proximidade programática explícita com o governo, especialmente na defesa irrestrita das contra-reformas neoliberais (contra-revolucionárias). Assim como durante o governo Collor:

*Veja manteve-se em sua posição dúplice: definidora e difusora de uma certa política; mantendo uma distância e cobrança permanente frente ao governo. Portanto, se ela está “vigiando”, está fazendo isso em torno de parâmetros que ela mesma estabelece como os corretos, mas que no seu discurso aparecem sempre como os únicos e indiscutíveis. Ao longo deste governo é perceptível uma atuação permanente em manter a governabilidade, até o momento em que tal posição se tornou insustentável, mas isso se deu sempre em nome do projeto em disputa. (SILVA, 2005, 183).*

Embora a revista tenha desejado construir uma imagem sobre si que a mostrava como o grande instrumento do impeachment de Collor, ela fez o que estava ao seu alcance para mantê-lo no governo e depois para controlar a “transição” ao governo de Itamar Franco. Ao colocar-se como portadora do “quarto poder” a imprensa busca legitimar sua ação para que a mesma apareça como não-política. Essa noção falaciosa precisa cair por terra pois,

*Ao falar “em nome da sociedade”, é como se ela própria não fosse parte da sociedade que, por sua vez, é quem forma o próprio Estado. Na sua definição, esses sujeitos são estanques e separados. Desta separação artificial deriva a noção de quarto poder, como se a imprensa, que não faria parte da sociedade, não estivesse representada também no Estado, não fosse uma empresa que tem interesses econômicos e de classe. Este veículo de imprensa quer mostrar-se não apenas como neutro e independente, mas*

*fora do processo, sem vínculos, sem projetos. Por isso é tão cara a idéia de que ela seria o quarto poder, aquele que vigiaria os demais poderes. A concepção gramsciana que estamos trabalhando não nos permite fazer esta divisão estanque, pois no sistema capitalista Estado e sociedade se confundem, e os poderes convergem para um mesmo sentido, a dominação de classes. A análise da postura de Veja ao longo dos anos 1990 nos mostrou que é correto dizermos que ela vigia o poder. O erro está em dizer que faz isso “em nome de todos”. Se a imprensa vigia, e faz isso com muita propriedade, o faz em nome de um programa e um projeto muito bem definido por ela, seus estados maiores e think tanks. (SILVA, 2005, 632)*

Como decorrência, uma das formas de apresentar a questão da corrupção pela grande imprensa é o discurso da defesa da “governabilidade”, que nada mais é do que fazer todos os acordos e alianças possíveis para manter a ordem a qualquer preço. Trata-se de “*uma noção dotada de grande eficácia político-ideológica conservadora*”, ao mesmo tempo em que “*aponta para dimensões estruturais da dominação capitalista de classe*” (ALMEIDA, 2005, 43).

Minha hipótese de trabalho é de que mesmo diante de uma postura de crítica latente para com elementos do governo, sobretudo a relação de Lula da Silva com o seu partido, *Veja* teve uma postura amena com o governo de Lula, e chegando a se colocar francamente ao seu lado quando estavam em jogo as reformas neoliberais às quais o mesmo fora incumbido de levar adiante, dando seqüência ao programa de contra-reformas de Fernando Henrique Cardoso. Assim como já ocorrera durante a crise política de Collor, a revista denuncia a corrupção, mas sua indignação tem muito a ver com o fato de colocarem-se obstáculos para o “bom desenvolvimento” do governo, ou seja, da manutenção de suas contra-reformas. Até porque, percebemos uma “*natureza corrupta do capitalismo*”, e portanto, trata-se da “*atualização do projeto de corrupção tetrasecular vivido neste território*” (DIAS, 2006, 51). Claro que *Veja* não pode colocar a questão nesses termos, mas isso ajuda a explicar porque a revista apenas se preocupa com o tema de tempos em tempos quando a pequena política toma a pauta da imprensa. O mais importante a destacar é o acompanhamento que a revista faz do governo Lula e do *transformismo* (DIAS; COELHO) pelo qual o PT passou ao longo dos anos 1990, em consonância com o programa neoliberal.

O objetivo desse texto é apenas introduzir a questão, sendo portanto uma versão preliminar da investigação, tanto das leituras teóricas como da pesquisa empírica, embora assentada em hipótese já acumulada na experiência de pesquisa. O trabalho buscará confrontar a hipótese a partir da análise sistemática e pretendemos publicizar seus resultados o mais breve possível.

**Referências Bibliográficas:**

ALMEIDA, Lucio Flavio. Exorcismo ideológico e abuso das noções de “globalização” e “governabilidade”. *Lutas Sociais*. 13/14. 2005.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de Doutorado, Niterói, UFF, 2005.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo, Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2006.

FONTES, Virginia. *Reflexões im-pertinentes*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005.

PETRAS, James. *Brasil e Lula: ano zero*. Blumenau, Edifurb, 2005.

SILVA, Carla. Veja e o PT: do “risco Lula” ao “Lulalight”. *Lutas Sociais*, 15/16, NEILS, SP, 2006.

SILVA, Carla. VEJA: o indispensável partido neoliberal. Tese de Doutorado. 2005. UFF, Niterói.